



Nelson Pentecoste

A GUERRA DOS PANFLETOS: LINHA DURA CONTRA GOLBERI

Inédito: quatro capítulos integrais da rumberosa «Novela da Traição», que circulou intensamente nos quartéis.

(Página 12 .)

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL — Cr\$ 15,00 — ANO II — Nº 55 — DE 15 A 21 DE MARÇO DE 1979

Maluf emplaca sob suspeita

(Página 11)

As manhas da proposta governamental de anistia, segundo o advogado Greenhalgh

Pág. 3

Lançado manifesto feminino

Encontro Paulista e Congresso Nacional de mulheres aprovam resolução única.

Pág. 16

Prefeituras nas ruas

Lançada campanha pelas eleições diretas em São Paulo e Porto Alegre.

Pág. 11

Moradores de loteamentos clandestinos exigem uma solução do Prefeito.

Pág. 11

O bancário Augusto traça os planos para seu sindicato.

Pág. 10

Venezuela

O que pode mudar com Luís Herrera Campins no poder?

Pág. 13

GREVES SAÚDAM FIGUEIREDO

Piquetes metalúrgicos no ABC paulista. Professores do Rio e estudantes da USP de braços cruzados. Uma posse da pesada para o novo general presidente.



Tropas da Polícia não conseguiram intimidar os operários de São Bernardo, que armaram piquete logo no primeiro dia da greve.

Mais militares, policiais e civis, acusados de praticar violência contra grupos políticos:

SAIU O 2º LISTÃO: 442 TORTURADORES.

Manuel de Conçalves denuncia:

EM TEMPO!

ANISTIA SACODE OS DEPUTADOS

Fumageiros ensaiam greve nacional

Metalúrgicos podem parar

Tudo pode acontecer nos próximos dias. Metalúrgicos do ABC e Interior paulista ameaçam parar novamente as máquinas, se os patrões não atenderem suas reivindicações. Sexta-feira 5 assembleias gerais em São Bernardo e Santa André.

Professores no Rio: o quadro é negro.

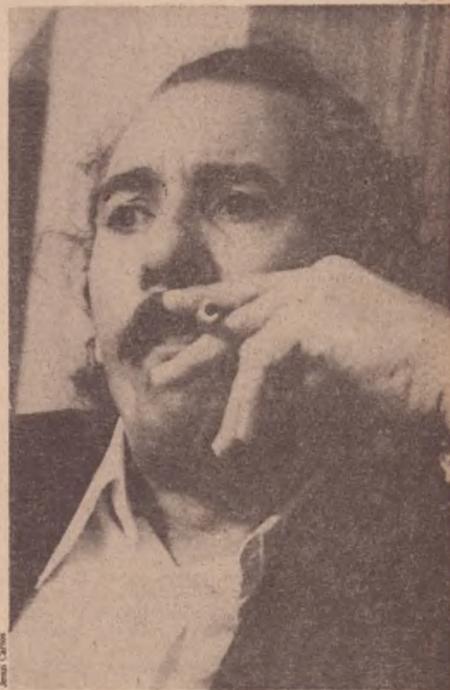
Trabalhistas e Socialistas Explode crise no FEBEM

Assembleia decide: EM TEMPO continua firme.

Ditadura apreende

Em Tempo Nº 54

Pág. 3



Chicão está de volta

Líder camponês de Minas, de volta do Exterior, conta suas militâncias, prisões e exílios.

Pág. 9



CPI para o sequestro Brasil-Uruguai

A polícia gaúcha parece estar levando a melhor no caso do sequestro dos uruguaios...



Cláudio

com o que concorda o advogado italiano que chegará esta semana em Porto Alegre...

assunto, foi aprovado no Legislativo gaúcho uma CPI para apurar a responsabilidade sobre a violação dos direitos humanos e da soberania nacional.

As primeiras medidas da CPI deverão ser o interrogatório do delegado Pedro Seeling, do investigador Didi Pedalada e também do próprio secretário de Segurança Pública.

Pena que Sérgio Porto — o saudoso Stanislaw Ponte Preta — tenha partido tão cedo.

Uma das últimas pérolas do pensamento oficial em matéria de visão política foi o pronunciamento do futuro Ministro da Previdência Social, Jair Soares...

rios e institutos do INAMPS é sinônimo de organização e bom atendimento, justificando que ninguém enfrentaria a fila se a qualidade do serviço prestado pela Previdência Social não fosse satisfatória.



Volta às aulas, volta às lutas.

O movimento estudantil paulista voltou a pegar fogo, após passar praticamente todo o ano de 1978 sem realizar grandes mobilizações...

querem ainda a extensão desse preço para todos os funcionários e professores da Universidade, que hoje pagam 25 cruzeiros pela refeição.

também formar comissões nas diversas escolas, com o objetivo de controlar a aplicação das verbas da Universidade. Essas comissões serão compostas por estudantes, membros da Associação dos Docentes da USP e por membros da Oposição à Associação dos Servidores da USP.

Motoristas param em Campinas

A cidade de Campinas, no interior paulista viu, no último dia 2, sua maior greve no transporte urbano. As 4 horas da manhã, os motoristas da Companhia Campineira de Transportes Coletivos...

contra a paralisação e seu presidente, o pelego Mauro Ribeiro, chegou a condenar os grevistas por estarem «prejudicando a população».

reunião os patrões cederam em conceder um aumento de 10% por cento mais um adiantamento igual, além da incorporação dos prêmios no salário.



Cláudio

Funcionário do Metrô não é tatu

A Associação dos Empregados Metroviários do Estado de São Paulo, AEMESP — promete para este ano, uma campanha salarial bem mais «sensível» que a do ano anterior.

Para isso, já distribuiu 300 mil cartas, durante a cerimônia de inauguração do novo trecho Sê-Brás do Metrô...

ajudante de manutenção ganha Cr\$ 2.800,00 por mês. Por isso, dentre nossas 17 reivindicações atuais, temos que considerar prioritárias:

De acordo com a Associação, «todos têm a impressão de que nós somos superassalariados, o que não corresponde à verdade, já que um

A categoria está mobilizada para chegar a bom termo nessa campanha, mas se houver intransigência a greve pode ocorrer. Já existem propostas para a paralisação da linha. (J.V.)

Moradores se organizam

Os moradores do bairro Passo da Figueira em Alvorada — «cidade dormitório» de Porto Alegre — deram mais uma amostra de seu crescente nível de organização...

basicamente, falta de água, luz e insegurança quanto ao local de moradia. Alguns terrenos foram comprados, porém até hoje os moradores não receberam a escritura...

Moradores do Passo da Figueira e eleita sua primeira diretoria. A maioria dos moradores são pedreiros, carpinteiros, serventes de obra; outros são biscateiros, empregadas domésticas, guardas-noturnos e seus salários situam-se na faixa de 1 a 2 salários mínimos.

Metalúrgicas unidas em Minas Gerais

As metalúrgicas de BH — Contagem continuam firmes em sua luta pela mobilização da categoria e pela maior participação da mulher-operária em seus sindicatos.

não de festa. Este dia lembra o massacre de um grupo de tecelãs que fizeram greve por melhores salários e condições de trabalho. A liberdade da mulher, sua emancipação, começa quando ela deixa a beirada do fogão e ombro a ombro com seu companheiro atravessa a porta da fábrica.

A reunião foi aberta por Efigênia, operária que faz parte da oposição sindical, com um discurso emocionado sobre o Dia Internacional da Mulher: «um dia de luta e

de acordo com a Associação, «todos têm a impressão de que nós somos superassalariados, o que não corresponde à verdade, já que um

Briga por aumento

Continua a luta do funcionalismo público paulista pelo aumento de 70% mas Cr\$ 2.000,00, além de outras reivindicações. Nesta semana, na reunião da coordenação, que reúne 15 entidades...

O petróleo é nosso?

Uma grande campanha de «mobilização» da opinião pública foi iniciada domingo passado no «Fantástico», pela Rede Globo. O programa, de fundo patriótico e integrador, tenta mostrar que todos precisam estar juntos para evitar que o petróleo seja racionado.

discutidos em profundidade. O programa teve bons momentos de questionamento, por parte do animador do debate e de alguns deputados opositores.

Alternativa. gre, vai estreiar um espetáculo baseado em textos de Torquato Neto e Gregório de Matos Guerra, no próximo dia 15, dia da posse do general Figueiredo. O espetáculo chama-se «Retomando Tudo» e, segundo o «Núcleo»...

Assine EM TEMPO:

EM TEMPO: OPERÁRIOS x PATRÕES. PRESIDÊNCIA DO GOVERNO DO BANCO DO BRASIL. EM TEMPO: PRESOS DENUNCIAM 233 TORTURADORES. O livro completo das policiais e militares acusadas...

FIGUEIREDO PRETENDE ANISTIAR 80% DOS FUNDOS. EU FUI ANISTIADO EM 80%!

NÃO SEI PORQUE EU FUI ACREDITAR NESTA TAL DE "MÃOS ESTENDIDAS EM CONCILIAÇÃO"...

EM TEMPO: CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Luisio Marques, Carlos Tibúrcio, Flaminio Fantini... Arte e Produção: Coordenação Geral e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges... Salvador (Av. Sete de Setembro, 202 - sala 501) Adelmo Oliveira, João Henrique Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria.

Editorial

O adeus de Geisel ao EM TEMPO

Sexta-feira, dia 9, a Polícia Federal, através de seus agentes em todo o País, portando uma «auto de apreensão n.º 28/79», apreendeu o EM TEMPO nas bancas. O «auto», não dava razões de espécie alguma e, talvez, até mesmo as julgasse dispensáveis de todo, como se a ordem, vinda do Ministro Falcão, bastasse a si mesma como legítima.

Novos tempos, de fato. Há quase um ano atrás quando EM TEMPO publicou uma denúncia de presos políticos apontando 233 torturadores, o que recebemos em resposta foram três atentados a bomba e, em seguida, nenhuma apuração dos responsáveis por parte das autoridades. Agora, quando reproduzimos outra denúncia, publicada num livro editado em Portugal por um comitê de anistia, apontando 442 nomes de torturadores e mandantes de torturas, os métodos já são mais civilizados. Ou menos bárbaros, seria mais correto dizer-se.

A diferença não é de fundo, pois tanto lá como cá, o governo, ao invés de apurar as denúncias que fazemos, prefere se omitir ou reprimir. E mesmo da forma, a diferença não é de causar-nos tanto júbilo. Pois até agora, apesar de termos ido ao Ministério da Justiça em Brasília, cobrar um esclarecimento pela apreensão, não fomos sequer recebidos pelo sr. mandante do «auto», nem ele se prestou ainda — até a hora em que fechávamos esta edição — em comunicar-nos uma resposta.

E o que é pior Tampouco podemos entrar na Justiça acionando a Polícia Federal por abuso de poder. Pois a nova Lei de Segurança Nacional (será que foi através dela a apreensão?) por meio de seu artigo 50, institucionalizou o abuso de poder delegando ao ministro da Justiça poderes de apreensão de publicações, sem nenhum pedido ou comunicação prévia à Justiça. Assim, como não recebemos nenhuma comunicação ou reconhecimento oficial do ato, podemos até mesmo imaginar que estamos sendo logrados por algum larapíou disfarçado de autoridade, sem que tenhamos à nossa disposição os meios legais de dirimir esta nossa dúvida. A tal ponto do absurdo chegaram as leis neste país da democracia relativa.

De outro lado, além da arbitrariedade consumada e dos prejuízos causados à nossa frágil imprensa — montam à ordem de Cr\$ 300.000,00 — há o fundo da questão que é político.

Está hoje na ordem do dia a discussão e luta pela anistia. E o Governo, no seu intuito de só conceder uma anistia parcial, tenta a todo custo mostrar-se idôneo nos métodos de combate à oposição buscando caracterizar setores desta como criminosos comuns, não merecedores portanto da anistia. Neste quadro, a imprensa que vem tentando mostrar através dos fatos que a realidade é exatamente o inverso, não pode ser tolerada, sob pena do rei ficar nu. E somente a partir daí que se pode compreender os sucessivos enquadramentos na Lei de Segurança Nacional de vários órgãos de imprensa, culminando agora com o processo sobre o repórter Antonio Carlos Fon de Veiga — que denunciou a existência do aparelho clandestino da repressão — e com a apreensão do EM TEMPO.

Esta luta está se travando a vários níveis e não somente, é óbvio, na imprensa. A proposta de alguns parlamentares do MDB no sentido da constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as torturas vai na mesma linha. E não venham nos dizer, como querem alguns parlamentares do próprio MDB, que estão contra proposta, que isto seria enfrentamento, que não temos força para colocar o próprio poder no banco dos réus. Não se trata disto. O que se trata é de ir já abrindo o caminho através da divulgação da verdade, para a conquista da anistia ampla, geral e irrestrita. A qual para ser de fato irrestrita e duradoura, implicará no desmantelamento do aparato repressivo, que aí está intacto para a qualquer momento causar outros tantos candidatos à própria anistia.

O caráter arbitrário e obscurantista desta apreensão já foi fartamente demonstrado pelo repúdio à medida do Governo, e pela solidariedade ao EM TEMPO, partidos dos mais variados setores da vida nacional, inúmeros para serem aqui listados, das oposições populares às figuras ilustres do parlamento. Até mesmo um parlamentar da Arena, diante da denúncia da apreensão feita no Congresso Nacional pelo MDB, não teve como não reconhecer que se tratava de «um recuo na abertura» para o qual não tinha respostas a dar.

A todos estes setores, opositoristas reafirmamos que não nos intimidaremos e que, conscientes do nosso dever de imprensa independente continuaremos travando intransigentemente a luta pelas liberdades democráticas até o fim de toda opressão.

MDB se enrola com a CPI da tortura

A proposta de uma CPI dos Direitos Humanos, apresentada por Aírton Soares (MDB-SP), dividiu até a ala autêntica do MDB. Os que foram contra a proposta acabaram considerando-a inoportuna e até mesmo provocadora. «Não vamos cutucar a onça com vara curta» foi a frase mais ouvida entre os emedebistas.

Por Carlos Alberto de Almeida

A defesa dos direitos humanos é um dos pontos que consta no programa do MDB e os milhões de votos depositados na oposição posicionam-se pela defesa desse princípio. Entretanto, a simples proposta feita pelo deputado Aírton Soares (MDB-SP), para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito dos Direitos Humanos provocou, na semana passada, discussão acirrada dentro do partido, chegando inclusive a causar uma divisão até entre a sua ala autêntica.

Que a ala moderada do partido — tipo Tancredo Neves — fosse contra a CPI não é surpresa alguma. O que surpreende é que a até no bloco dos autênticos surgiu uma ala contra a formação de uma CPI sobre os Direitos Humanos, pela qual os autênticos batalham desde 71 na palavra de Lúisane Maciel. Na época em que mais se praticavam torturas e assassinatos políticos no País, quem bloqueou a criação da CPI foi a própria direção moderada do partido. Coisa que também não surpreende. Agora, entretanto, não há consenso nem nos autênticos.

Aqueles que estão contra acusam Aírton de criar argumentos para o regime reprimir mais ainda, de «cutucar a onça com vara curta». Até de embrocacão, a CPI dos Direitos Humanos foi chamada. Pelo outro lado, Aírton começou a desconfiar — o que disse na última reunião da bancada — de que o medo tinha atingido até os que sempre se posicionaram pela defesa intransigente dos direitos humanos.

A discussão se desenvolveu de forma desordenada demonstrando principalmente a ausência de objetivos e programas claros que permanecem mesmo dentro do bloco dos deputados populares do MDB. O deputado José Costa, de Alagoas, por exemplo, afirmou que uma CPI dessa natureza somente contribuiria para estabelecer um confronto com o sistema ou, então, para cobrir de ridículo a iniciativa da oposição, uma vez que as torturas e os torturadores são por demais conhecidos do povo. «Antes de partir para esta CPI — disse Costa — é necessário que o MDB verifique se tem forças e condições para convocar o ex-presidente Garrastazu Médici, o general Antonio Bandeira — atual comandante do III Exército — o brigadeiro João Paulo Burnier e o general Ednardo D'Ávila, alguns nomes apontados em lista idônea, pela da Anistia Internacional, como torturadores, ou se, ao contrário, se limitará a ouvir investigadores, viúvas, irmãos e pais dos torturados.

Disse ainda que considera importante essa CPI como instrumento parlamentar numa democracia, mas não «num regime de exceção onde o parlamento permanece aberto somente como mera concessão do regime, porque aí a CPI passa a ser um instrumento do sistema político dominante que controla seu presidente e sua rela-

tor e tem maioria para decidir inclusive a favor do Governo e até mesmo pela absurda inexistência das notáveis violações aos direitos humanos», alguns outros deputados chegaram ao absurdo de argumentar que a CPI impossibilitaria a pacificação nacional, ou seja, a anistia aos que torturaram, mataram, exploraram.

CPI para conciliação?

Mesmo para quem defende a constituição da CPI a defesa é feita com argumentos como os de que a CPI, longe de impedir a pacificação nacional ou a anistia ampla geral e irrestrita, serviria também para essa conciliação nacional, pois individualizados os torturadores, estes poderiam até ser beneficiados por um decreto de anistia decretado pelo presidente da República. Em geral a discussão pró e contra a CPI se deteve muito em torno da tortura e assassinatos políticos, e se isso beneficia ou não o processo democrático, pois, evidentemente, pelo menos no bloco dos autênticos ninguém duvida que os direitos humanos tenham sido violados.

Há entretanto, no meio da discussão de baixo nível político e com total ausência de princípios que fez o MDB, alguém que defende a constituição da CPI, colocando os direitos humanos num plano mais amplo. Torturar e assassinar é violar os direitos humanos. Mas não é só. Para ser mais exato, no capitalismo, mesmo no chamado capitalismo «desenvolvido» a violação aos direitos humanos atinge índices e formas as mais impressionantes. No próprio país de Carter, há números altíssimos de prostituição, de existência de fome, racismo, criminalidades, favelas, desemprego, etc. Os direitos humanos não podem ser tomados simplesmente como o direito ao voto, o direito a falar, o direito burguês de protestar, onde continuam os desempregados (como na França) a prostituição, a fome.

Assim argumenta Chico Pinto, em defesa da CPI dos Direitos Humanos, quando lembra que esta CPI não tem somente a função de apurar crimes, desaparecimentos ou assassinatos políticos. «Na verdade — afirma — está havendo um equívoco quando se pretende torpedear a CPI sobre Direitos Humanos, sob alegação de que ela teria o fim precipuo e exclusivo de apurar torturas. O que se pretende com ela é apurar também a existência de uma tortura maior, a do homem que não tem emprego e que por isto assiste o drama terrível de ver os filhos sem alimentação e sem saúde. O problema do subemprego que tortura a cada dia o homem que não sabe como sobreviver. A poluição das cidades, dos rios, atentando contra a vida humana. Enfim, a tortura da falta de habitação, transporte, alimentação, saúde, da falta de dignidade do ser humano... Especialmente daqueles que são explorados pelas elites dominantes».

Mais militares, policiais e civis, acusados de praticar violências contra presos políticos:

SAIU O 2º LISTÃO: 442 TORTURADORES.

Muito trabalho de um Fórum para redigir os nomes. Comissão de Anistia da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, após ser rejeitado em alguns pontos do texto, e a lista de militares desclassificados. Elaborado em fevereiro de 1979, compilado no ano seguinte, publicado em julho de 1979, e atualizado com os nomes mais recentes por parte do governo. É mais uma tentativa que o governo faz de desmoralizar o EM TEMPO, que não se intimidou, mesmo no início de seu trabalho, revelando os nomes dos responsáveis de extrema direita, os delinqüentes da direita, que não se intimidaram e se recusaram a dar respostas. Leia nas páginas 3 e 4.

Manual da Conciliação denunciado: **EM TEMPO**

ANISTIA SA... OS DE...

Apreendido

Fumageira... Nacional

Professores no Rio: o quadro é negro.

Explode crise no FEBEM

Assembléia decide: EM TEMPO continua firme.



Bônus EM TEMPO

Invista no EM TEMPO e receba liberdades democráticas como dividendos. Nossa imprensa depende somente de você, leitor. Caso queira colaborar conosco neste momento, envie quanto quiser, na forma de cheque à Editora Aparte S/A — r. Matheus Grou, 57, São Paulo, Capital.

Governo quer anestesiar a oposição

A proposta de anistia parcial do governo é uma tentativa clara de se demarcar uma linha divisória além da qual não serão permitidas ultrapassagens. A todo custo se tentará isolar os setores oposicionistas que pegaram em armas na luta contra o regime, tentando caracterizá-los apenas como criminosos comuns, conforme aponta o projeto do senador arenista Dinarte Mariz. Estas são as conclusões de Luiz Eduardo Greenhalgh, presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia; núcleo de São Paulo.

“O projeto de anistia parcial do governo prevê realmente a exclusão dos que pegaram em armas na luta contra o regime, quanto a isto não há mais segredo. Entretanto, o mais curioso é o fato de ter sido o senador Dinarte Mariz a apresentar o projeto. Ele representa a ala mais à direita do próprio regime, a mais radical, e é sintomático que pela terceira ou quarta vez se coloque a favor da anistia.

Isto dá à imprensa que os radicais estão querendo marcar uma linha divisória, além da qual não serão permitidas ultrapassagens. Por exemplo, no caso da anistia pode-se falar em tudo, desde que não se levante os crimes cometidos pelo regime, este é o limite. Neste caso a proposta de anistia do senador Dinarte Mariz é muito clara. Quando se chega perto deste limite a «linha dura» mandará seu recado, através de cartões de natal, bombas, etc. A apreensão da edição da semana passada do EM TEMPO, com a lista de 442 nomes de pessoas acusadas de praticarem torturas, é um exemplo típico. O caso do artigo da revista «Veja», e do jornal «Resistência», que também relatavam torturas, são outros exemplos.

No entanto, as articulações desses setores são muito tachanas e mesmo imprudentes. Muitas vezes se pautam por uma demonstração de força, como foi o caso do **Lauro** Diaféria. Todos se recordam que a crônica que Diaféria escreveu nada tinha de ofensiva às Forças Armadas, no entanto, por pressões desses setores, o então ministro do Exército, general

Silvio Frota, tomou as medidas repressivas.

Então, ao que me parece vamos viver este lusco-fusco. Eles vão tecer os limites máximos e, depois, dar porrada. É uma área cinzenta, e o que mais me assusta é que o general Figueiredo é muito pouco maleável. Ele não é um estrategista como o general Geisel, por isto inclusive é que Golbery vai ter muito mais trabalho.

Por outro lado, os movimentos pela anistia conquistaram um espaço político e o governo quer colocar uma cunha nestes movimentos, lançar a discórdia no seio da Oposição. No movimento pela anistia, por exemplo, a cunha é a anistia parcial e, alguns movimentos mais antigos que os Comitês brasileiros pela Anistia — CBA, vão aceitá-la e esmorecer na luta. Nós não esmoreceremos, vamos lutar para conquistar a anistia que queremos e inclusive as resoluções do I Congresso Brasileiro pela Anistia nos indicam o caminho para esta luta: a popularização do movimento.

Mas, enquanto no movimento pela anistia predominarem os setores de pequena burguesia facilmente se tenderá a aceitar uma anistia parcial. A anistia ampla, geral e irrestrita só poderá ser conquistada com a participação dos trabalhadores e demais setores populares, e neste sentido nós do CBA estamos mais na frente.

Portanto, enquanto nós estivermos nessa situação acredito, inclusive que a esquerda brasileira — apesar de se desenvolver — não vai conseguir ganhar a legalidade. A legalização da esquerda seria já a transposição dos limites definidos dentro do

projeto de abertura do governo. Mesmo nos setores mais moderados da esquerda, por exemplo, um Partido Socialista, dentro dos moldes da II internacional socialista, não conseguirá legalização. Para isto basta ver todos os recuos que Brizola está dando para este projeto passar.

O que acabará ocorrendo com a tese do fortalecimento do MDB é que várias tendências vão se formar dentro do partido e, na hora que estas tendências se cristalizarem o governo abrirá espaços para novos partidos, procurando dividir a oposição.

Banco dos réus

Não podemos ter ilusão na atual conjuntura, pois hoje é o Exército que está no poder e o governo de Figueiredo tem um projeto específico de entregar o campo, da mesma forma que o governo Médici entregou as cidades. Assim, não viveremos uma situação como a anterior a 1964 quando, por exemplo, Prestes circulava livremente utilizando a ponte aérea Rio-São Paulo. Inclusive, se pensarmos como os militares, podemos concluir que se tivessem que tomar o poder novamente, fariam tudo igual, só não torturariam. Entre os oficiais das três armas há pressuposto unânime de que a repressão política do modo como foi eletiva deveria ser feita pelo Dops e pela Polícia Federal e não pelas três armas. Ao argumento de que a Polícia Federal não conseguiria sulocar movimentos como a «guerrilha do Araguaia» estes militares, hoje, argumentam que

a Polícia Federal poderia facilmente ser adestrada para tais funções, sem o envolvimento das Forças Armadas.

Apesar dessa «autocrítica» e exatamente por isto, é que não permitiremos que agora sejam colocados no banco dos réus. Portanto, este aspecto acabará determinando as ações por um bom tempo. Toda vez que surgir um centro de organização mais ousada haverá uma ameaça do banco dos réus e, então, a política do casuismo, para auto-defesa, será utilizada.

E neste sentido que podemos concluir que ainda não haverá espaço para a legalização da esquerda inclusive entre exilados como Arraes, Prestes, Júlio, Brizola, etc., somente o tem retorno assegurado no projeto do governo. O regime vai soltar e segurar as rédeas do «processo de democratização», mantendo um pé no cravo e outro na ferradura. E resta saber se o general Figueiredo será capaz de fazer esta combinação. No entanto, ao que tudo indica esta política tende a se desgastar, principalmente, na medida em que os movimentos populares avançam. Neste momento nós temos que saber usar e não provocar, não podemos esquecer que a ditadura não caiu, ela está um pouco recuada. Isto não quer dizer que não devemos avançar na conquista de uma maior espaço político, principalmente no caminho de uma anistia ampla, geral e irrestrita. (depoimento a Luiz Nadai).



Garantia no emprego x rotatividade

A edição sobre a campanha salarial do jornal «Tribuna Metalúrgica» do Sindicato de São Bernardo trás esta história em quadrinhos.

JOÃO E PERCIVAL O FERRADOR AJUDANTE

JOÃO: O QUE VALE É DINHEIRO NO BOLSO, CERTO? A GENTE NÃO COME GARANTIA NO EMPREGO!

PERCIVAL: JÁ FUI DESPEDIDO DE VÁRIAS FÁBRICAS E, COM ISSO PEGUEI O FUNDO DE GARANTIA... SE O PATRÃO NÃO PUDESSE ME DESPEDI-LO, ISSO NÃO SERIA POSSÍVEL... CERTO?

JOÃO: ERRADO... O FGTS É ILUSÃO PERCIVAL... RESOLVE UM PROBLEMA ALI NA HORA, MAS CRIA OUTROS MAIS GRAVES... COM A ROTATIVIDADE QUE PROVOKA.

PERCIVAL: ROTATIVIDADE? O QUE VEM A SER ISSO?

Depto. do Pessoal
RECOLOCAÇÃO

VOCE É O PRÓXIMO

ROTATIVIDADE É ISSO QUE VOCÊ ACABOU DE CONTAR: MUDANÇA CONSTANTE DE EMPRESAS. QUANDO VOCÊ SAI, O PATRÃO BOTA OUTRO NO SEU LUGAR... POR SALÁRIO MENOR, VOCÊ MESMO, PERCIVAL, GARANTO QUE FOI GANHAR MENOS EM OUTRA FÁBRICA, NO MÁXIMO, O MESMO SALÁRIO QUE GANHAVA NO ÚLTIMO EMPREGO!

ISSO É VERDADE... EM 2 ANOS, PASSEI POR TRÊS EMPREGOS E EM NENHUM DELES FUI AUMENTADO, TEVE ATÉ UM DELES QUE PAGAVA MENOS, MAS EU SÓ TOPEI PORQUE TAVA NA PIOR!

JÁ SE VOCÊ FICASSE NA MESMA FÁBRICA, PEGAVA DOIS AUMENTOS, POR CAUSA DOS DISSÍDIO DO SINDICATO!

POIS É... E OS DEPÓSITOS DO FGTS QUE EU PEGUEI ACABARAM NÃO COMPLETANDO... SE EU TIVESSE FICADO NO 1º EMPREGO DESSE DOIS ANOS, EU ESTARIA GANHANDO QUASE 80% A MAIS DO QUE GANHO NO TERCEIRO EMPREGO!!!

DISSÍDIO

FGTS

SALÁRIO

REAJUSTE 40%

SALÁRIO

REAJUSTE 40%

DESPECINDO SEMPRE OS PATRÕES NÃO PRECISAM PAGAR OS REAJUSTES, PAGAM O EMPREGADO SEMPRE POR BAIXO...

ALÉM DE TUDO, VOCÊ TAMBÉM PERDEU A CHANCE DE PROMOÇÃO, CONTINUOU AJUDANTE E VAI CONTINUAR, SE FICAR SEMPRE, MUDANDO DE EMPREGO!

QUEREMOS GARANTIA NO EMPREGO!!! FORA!

SEM ESSES TEMORES DE HOJE...

SERVIÇO Contrato coletivo de trabalho: um bicho de 7 cabeças?

Nas últimas duas semanas 34 sindicatos de trabalhadores e 22 de patrões engafinharam-se na Federação das Indústrias de São Paulo para uma negociação direta visando firmar um «contrato coletivo de trabalho». Afinal, do que se trata? Veja nesta matéria a explicação do que vem a ser esta reivindicação do movimento sindical, que começa a acontecer na prática a partir das greves de maio de 78 para cá.

O primeiro passo que o trabalhador da quando arranja um novo emprego é assinar um contrato com o patrão. Contrato e um acordo que duas ou mais pessoas fazem entre si. Ele pode ser escrito ou verbal. Dentro da lei trabalhista o que vale é o seguinte: se o trabalhador puder provar que ele e o patrão (ou seu representante) combinaram alguma coisa, a Justiça do Trabalho reconhecerá naquilo um contrato de trabalho, e obrigará o patrão e ele a cumprir o que ficou combinado.

Toda pessoa que trabalha para uma empresa ou pessoa individual, numa atividade lucrativa ou não, é empregado dentro das normas previstas na CLT. Consolidação das Leis do Trabalho, desde que esteja prestando serviços permanentes, cumprindo ordens e determinações, obedecendo a um horário de trabalho, recebendo por esses serviços.

Nessas condições deve existir um contrato de trabalho para regular o relacionamento entre trabalhador e empresa. Mesmo que não exista um contrato por escrito ele estará existindo de fato, podendo a qualquer tempo ser reconhecido na Justiça do Trabalho com a garantia de todos os direitos do trabalhador.

Individual & Coletivo

Chama-se contrato individual de trabalho, o contrato feito entre a empresa e cada empregado separadamente.

O contrato pode ser por prazo determinado ou indeterminado. Escrito ou verbal, não pode conter cláusulas ou condições que contrariem dispositivos de lei ou de contratos coletivos. Assim, por exemplo, não tem valor algum um contrato individual de trabalho fixando uma jornada de trabalho de dez ou mais horas diárias, ou estabelecendo salário inferior ao salário mínimo da região.

Segundo advertem os advogados trabalhistas sempre é melhor que o contrato esteja escrito. E o documento principal do trabalhador é sua carteira de trabalho. A empresa tem obrigação de anotar ali todas as alterações que há no contrato (aumentos, mudanças de função, férias, etc.)

Quando o contrato é escrito, e registrado na Carteira de Trabalho, tudo é mais fácil quando existe necessidade

de fazer uma reclamação na justiça. Quando o contrato é verbal, o trabalhador precisa de testemunha para provar o seu direito. Daí a importância de registrar na Carteira tudo aquilo que modifica o contrato.

Há também o Contrato Coletivo de Trabalho, que é realizado entre os Sindicatos de empregados e empregadores, e vale para toda a categoria que está sendo representada. Sendo o acordo feito pelo Sindicato dos empregados com uma ou mais empresas do setor, é chamado de Acordo Coletivo de Trabalho.

As condições estabelecidas nos contratos coletivos, quando mais vantajosas prevalecem sobre as dos contratos individuais.

O contrato ou acordo coletivo pode ser mais vantajoso para os trabalhadores, porque é feito através do seu sindicato, que tem mais força para defender e fazer valer perante a empresa ou perante os sindicatos patronais melhores condições de trabalho. Mas isso só pode acontecer se os assalariados dentro da empresa tiverem consciência dos seus direitos e trabalhando articulados com seus órgãos de classe.

Nos contratos coletivos, o movimento sindical pode conseguir mais benefícios para o trabalhador, no que se refere a remuneração, ao horário de trabalho e demais condições de trabalho, porque no contrato individual, o patrão só está obrigado a conceder os benefícios mínimos previstos na legislação trabalhista. No entanto, o contrato ou acordo coletivo, no Brasil são pouco utilizados, sendo regra o contrato individual.

Relações de trabalho

Vamos tomar um exemplo tirado do dia-a-dia. João é ferramenteiro e está desempregado. De alguma forma soube que a Metalúrgica Albert Vie Lares Ltda está precisando de um bom profissional. João se dirige à firma e conversa com Vie Lares, seu futuro patrão. Este faz algumas perguntas sobre as habilitações profissionais de João, fica satisfeito com suas respostas e diz: «Bem, o horário é das dez da noite às cinco da madrugada, descanso no domingo e o salário é de Cr\$ dois mil». Como é um patrão cumpridor da lei, manda João tirar carteira de saúde e passar no contador para assinar a

carteira de trabalho. E arremata: «E esteja aqui amanhã, às dez da noite em ponto».

Pressupondo-se que João aceite as condições oferecidas e comece a trabalhar, o que aconteceu, segundo a lei brasileira? Surgiu um contrato individual de trabalho. Esse contrato gera direitos e obrigações recíprocas para João e para a firma metalúrgica. Por exemplo, a empresa poderá exigir de João o cumprimento da prestação dos serviços a que se obrigou, no horário das 22 às 5 horas, diariamente, com exceção do domingo. João, por seu lado, tem direito a exigir da empresa o pagamento mensal dos salários. Além disso, João estará subordinado hierarquicamente a quem o empregador designar. Em última instância, ao próprio empregador, o sr. Vie Lares.

Mas João e a Metalúrgica não combinaram nada a respeito de, por exemplo, férias, salário-família e 13º salário. Isso quer dizer que João não terá direito a esses benefícios trabalhistas? Terá direito, sim, porque essas vantagens, além do salário, vem fixadas em lei. Mais exatamente os dois primeiros itens, na própria Constituição da República. O 13º salário, numa lei especial.

O exemplo ilustra o entendimento de que para o Direito, as condições de trabalho são estabelecidas pelo contrato individual de trabalho, isto é, um empregado e um empregador — ou pela lei fixada pelo Estado. Dessa forma, se entende que empregado e empregador são livres para fixar condições de trabalho, segundo as leis do mercado, até o momento em que a autoridade pública, através de atos legislativos, substitua as vontades de um e de outro, pela vontade da lei. Mesmo que João e a Metalúrgica estivessem de acordo, esta não poderia, por exemplo, pagar a João menos que o salário-mínimo, porque a lei assegura a João o direito, de que não pode abrir

mão, ao salário-mínimo fixado em lei. A firma poderá ser multada se assim agir e — repita-se — mesmo que João estivesse de acordo. Acima do salário-mínimo, todavia, João e a empresa estarão, em princípio, livres para fixar a remuneração que bem entenderem.

Definição de OIT

Logo os trabalhadores perceberam que não estariam protegidos suficientemente se deixassem a fixação das condições de trabalho apenas para o contrato individual ou para a elaboração legislativa. No primeiro caso, cada trabalhador deveria discutir com seu futuro empregador, uma a uma, as condições da relação de emprego. Além de ser a parte mais fraca, com exceção, talvez, da mão-de-obra sofisticadamente qualificada, que praticamente comanda o contrato com seu empregador, o trabalhador não terá, ao necessitar imediatamente de um salário para sobreviver, a capacidade de manobra pelo menos razoável para, diante do empregador, obter um ajuste de trabalho ao menos digno. Além disso, há uma oferta de mão-de-obra idêntica à disposição do empregador.

No jogo democrático, a elaboração legal é vagarosa e sujeita a surpresa, nem sempre do interesse — e interesse e não direitos — dos trabalhadores. Digamos que ela seja — também — insuficiente para cuidar das relações diárias e dinâmicas do trabalho, mais rápidas que a lei. Dessa forma, pode-se qualificar como caminho natural o da busca de relações coletivas de trabalho. O empregado não fala e trata só por si, mas por uma categoria. O empregador não precisa contratos com cada um de seus empregados o que, no sistema de produção em massa, é inviável, mesmo porque o empregador também transmudou-se em uma entidade despersonalizada: é regra geral uma grande empresa departamentalizada.

«Contrato coletivo», diz a organização Internacional do Trabalho na Recomendação nº 91, «é todo acordo escrito relativo às condições de trabalho e de emprego, celebrado entre um empregador, um grupo de empregadores ou por uma ou por várias organizações de empregados, por um lado, e, por outro, uma ou várias organizações representativas de trabalhadores ou, em sua falta, representantes dos trabalhadores

interessados, devidamente eleitos e autorizados por este último, de acordo com a legislação nacional».

A definição da OIT é longa, porém apresenta todos os elementos do contrato coletivo. De forma resumida, é um acordo escrito entre empregados e empregadores, conforme determinar a legislação de cada país, visando a tratar das «condições de trabalho e de emprego».

A lei brasileira também define a convenção coletiva de trabalho. Para ela, é o acordo de caráter normativo, pelo qual dois ou mais sindicatos representativos de categorias econômicas e profissionais estipulam condições de trabalho aplicáveis, no âmbito das respectivas representações, às individuais de trabalho.

Produção de massa

Para ilustrar seu ponto-de-vista de que a convenção coletiva de trabalho aparece na história antes da própria organização sindical reconhecida, e quase sempre como ponto de partida desta, um autor de direito de trabalho conta a história de uma das primeiras greves do País, ocorrida na Bahia em junho de 1919. Segundo ele, houve adesão de todas as categorias a essa greve, iniciada pelos tecelões, se a cidade inteira se viu literalmente paralisada. E o que resultou dessa greve? Exatamente a assinatura de um «acordo coletivo de condições de trabalho».

Segundo os jornais da época, diz o autor, vários empregadores e um «Comitê Central de Greves» (não havia ainda sindicatos) puseram fim à greve assinando um documento que estabelecia: 10% de aumento sobre as obras de primeira qualidade e 15% sobre as demais; 108000 pelas obras de primeira para os homens e 98000 para as mulheres; reconhecimento do dia de oito horas; reconhecimento do direito de associação dos empregados; e direito de não serem despedidos pelas reclamações apresentadas.

Isso chama a atenção para o seguinte fato: num primeiro momento da história, trabalhadores e empregados põem fim a ações coletivas de reivindicações, muitas vezes violentas, através de acordos coletivos, instrumento de pacificação espontâneo. Depois, já organizadas as associações de classe (sindicatos), que puderam surgir exata-

mente muitas vezes por força das ações coletivas inarticuladas de reivindicação, entramos numa fase regulamentar, na qual o próprio estado procura regulamentar os acordos coletivos. Como diz um outro autor, «visando a incorporar e consolidar as convenções coletivas de trabalho no ordenamento jurídico».

Verificando a história, sabe-se que em 1799 uma delegação de sapateiros da Filadélfia (EUA) entrou em acordo com seus empregadores para fixação de lista de preços dos produtos que fabricavam para eles. Teria sido o primeiro exemplo de acordo coletivo nos Estados Unidos. Mas, antes disso, em 1351, 1362 e 1363, há notícias de contratos coletivos na Inglaterra, envolvendo trabalhadores tecelões. E ferreiros, em 1437. E sapateiros, em 1460. E daí até os nossos dias — segundo uma publicação da USIS, em 1963, nos Estados Unidos, contavam-se cerca de 140 mil contratos coletivos em vigor, alguns deles com cerca de 300 páginas. Como lembra um autor, «abrangendo todo o programa que, para encurtar, poderíamos comparar a matéria contida na nossa Consolidação das Leis do Trabalho, na Lei Orgânica da Previdência Social e na Lei de Acidentes do Trabalho». Esse mesmo autor lembra que problemas da tecnologia moderna, como a automação, vêm sendo um ponto capital nas negociações coletivas. «Na Rússia Soviética, onde cada fábrica tem seu contrato coletivo, na Alemanha, na Inglaterra, na França, na Itália, na Suécia, para só indicar os principais países industrializados da Europa, contam-se por centenas de milhares o número desses «códigos do trabalho», envolvendo dezenas de milhares de trabalhadores».

Em resumo, o contrato coletivo de trabalho é um fenômeno ligado à produção de massa, nascido com a revolução industrial e deverá ser em futuro próximo aqui no Brasil o principal instrumento a regular as relações entre empregados e empregadores. Segundo outro autor, ele é a aplicação dos processos democráticos nas relações entre empregados e empregadores, «máxima conquista dos trabalhadores, o meio pelo qual podem, através de seus sindicatos, discutir e elaborar as normas que irão reger suas próprias relações de trabalho».

Militares da linha dura atacam Golberi

A novela da traição

O general Golbery do Couto e Silva, homem forte no esquema do governo Geisel e agora também no de Figueiredo é o alvo central de uma curiosa panfletagem feita nos meios militares durante o ano de 1975. Os documentos, cuja íntegra ainda está inédita aparece na imprensa pela primeira vez, acusando o chefe do Gabinete Civil da Presidência da República de envolvimento em corrupção e acobertamento da «subversão comunista», através da famosa jogada da «distensões política». Trata-se de uma novela em 8 capítulos intitulada «Novela da traição à Revolução de 1964», das quais foram extraídos quatro deles para publicação nesta edição. A importância destes textos reside na revelação da temperatura a que chegam os conflitos entre as frações das Forças Armadas, embora quase todas as denúncias neles contidas já tenham vindo a público recentemente.

Foc-símile do primeiro panfleto
COMPANHEIROS!

Por um dever de consciência e para não sermos omissos, não poderíamos deixar de revelar aos nossos companheiros, leais defensores dos Princípios Revolucionários de 1964, a traição a essa Revolução que está sendo tramada por um punhado de maus brasileiros.

Sob o grande título **Traição à Revolução de 1964**, editaremos um seriado de capítulos, cada um com um enfoque diferente a fim de que os companheiros possam avaliar acompanhar e reagir no momento oportuno.

CAPÍTULO I

Traição à Revolução de 1964

Decorridos quase 11 meses de Governo Geisel, já foi possível configurar que um grupo de maus brasileiros vem preconizando a famigerada «Abertura». Abertura de que e para que?

De 1964 para cá, jamais o Brasil teve necessidade de recorrer a Abertura alguma em por isso deixou se desenvolver, nem é isso que o povo pede.

É de estarrecer e quase inacreditável, mas temos seguro conhecimento de que Golbery, através de articulações feitas por Dirceu de Araújo Nogueira e seu chefe do Gabinete Edgar Bernardes, em reuniões com o advogado de João Goulart, estão tentando tumultuar a vida nacional com o lançamento de um manifesto propondo a criação de um novo partido político a «União Trabalhista Brasileira» (O novo PTB), apoiado pelos comunistas e corruptos, visando finalmente a anistia do Jango, Juscelino, Jânio Quadros e de outros cassados, no mais curto prazo. Estamos assim diante de um novo e atroz «retorno» realizado em pequenas doses.

É inadmissível e injustificável a política de aproximação com os Países comunistas. Vejamos:

a) Reatamos as relações com a China comunista. E o que lucrarmos com isso? Respondam Golbery e Silveirinha seus leais servidores.

b) Vergonhosamente o Brasil se emitiu votando em branco sobre o reatamento com Cuba. E o que dirão os nosso mortos no combate aos bandidos do Fidel Castro?

c) O Congresso, a C.N.B.B. e a imprensa insistem em que seja aberta uma C.P.I. para a localização de elementos subversivos desaparecidos. Já querem fazer inquéritos em nossos bravos Órgãos de Segurança, sentinelas indormidas da Pátria e por isso mesmo alvo do ódio comunista e de seu aliado Gilbery.

d) Pessoas com a vida progressa seriamente comprometida por atividades comunistas, ou contrários à Revolução de 1964, ou por corrupção e com parecer contrário dos Órgãos de Informações, são nomeadas para altos cargos do Governo. Exemplo:

• **Petronio Portela** (Senador e presidente do «Partido da Revolução»);

• **Maurício Rangel Reis** (Ministro do Interior e corruptor);

• **Professor Kerr** (Diretor de Pesquisas da Amazônia e comunista ativista em São Paulo);

• **Manuel Diegues Júnior** (Diretor do Departamento Cultural do Ministério da Educação e Cultura e comunista da esquerda festiva);

• **Célio Borja** (Presidente da Câmara dos Deputados e esquerdista com aval de Golbery).

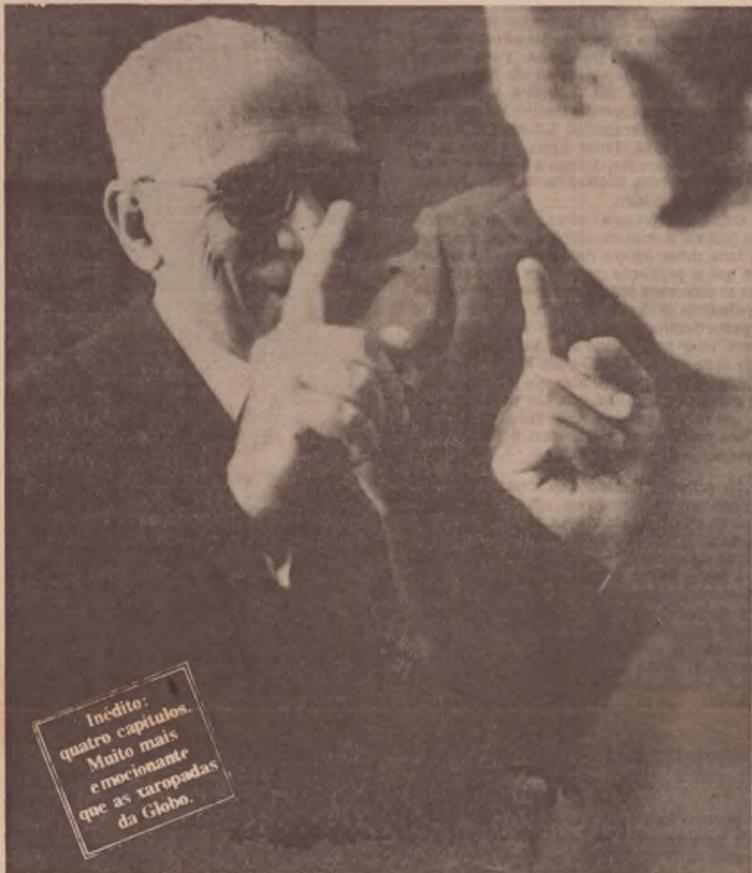
Companheiros da Revolução de 1964 — traída e aviltada por Golbery.

Golbery do Couto e Silva gen. R/1 que após ter colaborado para a vitória da Revolução foi o 1º Chefe do SNI, na sua ganância desenfreada, tornou-se, em 1967, ministro do Tribunal de Contas da União, cargo em que se aposentou após 2 anos de exercício da função, contando para isso com o tempo que serviu o Exército e pelo qual já estava em pleno gozo do ócio (sem dignidade).

Não satisfeito com essa violenta bandalheira, Golbery arrendou-se aos trustes americanos, tornando-se o presidente para a América do Sul da Dow Chemical Corporation, recebendo em paga 30 mil (dinheiros?) \$US mensais. (Isto equivale a quase Cr\$ 215.000,00).

Sem nenhum escrúpulo, este homem ao ver surgir o 4º Governo da Revolução, insinuou-se de tal modo que conseguiu ser o organizador do novo Governo e Chefe do Gabinete Civil. Estava assim nossa Revolução com seus dias contados. Golbery testa de ferro dos grupos econômicos estrangeiros, senhor absoluto do novo Governo manipula todas as forças de modo a colocar em tudo os setores, amigos cupinchas antirevolucionários, todos empenhados desde os primeiros dias do Governo Geisel em desfazer a Revolução de março de 1964. Começaram por escolher muitos indiferentes, outros corruptos e outros antirevolucionários. Daí para o início da obra de traição não houve perda de tempo. Os atos de traição se desencadearam numa sequência cronológica constante, tendo como pano de fundo a tal «abertura» ou «distensão».

Trataram logo de afastar as forças militares do combate à subversão e à corrupção. Isto feito, os comunistas e corruptos passaram a mandar de novo neste país.



Inédito:
quatro capítulos.
Muito mais
emocionante
que as xaropadas
da Globo.

Golbery preparou a sucessão nos estados e as eleições de 15 de novembro de 1974 terminaram com a estrondosa vitória das forças contrarevolucionárias. Era o que Golbery havia premeditado. Estava assim liquidada politicamente a Revolução de 1964 por este novo Joaquim Silvério desonesto. É assim que ele prepara sua candidatura à sucessão de Geisel. Esperem e vejam!

Aonde estão os bravos revolucionários? Será que vão colaborar na escavação de suas próprias sepulturas? Será que está faltando coragem aos nossos Chefes Militares e Civis para darem um basta a tanta traição!

Quanto mais tempo passar mais difícil será reagir!

É preciso mobilizar as forças revolucionárias para reação que deve ser imediata.

CAPÍTULO II

Em continuação da campanha esclarecedora para revelar aos verdadeiros revolucionários as traições maquinadas por Golbery e seus associados, bem como a corrupção e a incapacidade dos dirigentes colocados por ele nos vários escalões do atual Governo, aqui estamos mais uma vez para cumprir este patriótico dever, esperando que o Companheiro divulgue os fatos que vamos apontar.

• Você sabia, prezado revolucionário, que Golbery continua sendo o principal agente de favorecimento da campanha movida pelos comunistas e seus aliados (MDB — CNBB; etc.) contra o regime instaurado pela Revolução de 64?

• que através do seu capacho Célio Borja foi entregue a Presidência da importante Comissão de Minas e Energia da Câmara ao traidor da Pátria e laço do imperialismo vermelho Lysáneas Maciel, em troca de uma CPI de direitos humanos?

• que para poder colocar alguns «cupinchas» no órgão comunista «Opinião», Golbery propiciou vultosa ajuda financeira ao Grupo Industrial, quase falido, do burguês vermelho Fernando Gasparian, proprietário daquele pasquim moscovita?

• que em paga pelo favorecimento da instalação de uma empresa da Dow Chemical no Centro Industrial de Arat (Bahia), Golbery nomeou o palerma claruteiro Elmo Serejo Faria «Governador de Brasília»?

• que Golbery vem manobrando com todo seu maquiavelismo, auxiliado por sua numerosa «gang» espalhada em postos-chaves do governo e com ajuda dos comunistas para realizar o Brasil o que foi fito em Portugal? Esta é a tal Abertura... para eles e para nós, o fim da Revolução! fim da Revolução!

• que para atingir seus objetivos, Golbery escolheu um Ministério em sua maioria composto de incapazes, corruptos e anti-revolucionários, do que resultou a derrota do Governo nas eleições de novembro, granjeando, assim a simpatia e confiança dos inimigos da Revolução e do Brasil?

• Você sabia, Companheiros que em decorrência da atuação nefasta, anti-patriótica e traiçoeira de Golbery, já se considera irreversível a total

derrota da Revolução nas próximas eleições, daí resultando a volta ao Poder dos pelegos e de seus aliados comunistas, com Golbery na Presidência?

• ABAIXO GOLBERY «DOW CHEMICAL» — o novo Silvério dos Reis!

• ESTÁ NA HORA DE REAGIR, CORAGEM!

• POR UM BRASIL LIVRE DE COMUNISTAS, PELEGOS E TRAIADORES!

VIVA A REVOLUÇÃO DE MARÇO DE 1964!

CAPÍTULO V

Antes de abordarmos o principal assunto desta mensagem, queremos registrar que parte da remessa da edição do Capítulo III foi apreendida ilegalmente nos correios por agentes de Golbery, ficando assim evidenciado mais um crime praticado pelo «Gregório branco da Revolução», pois bem sabemos ser a correspondência pessoal inviolável. No caso, tratava-se de correspondência particular dirigida a **generais, almitantes, brigadeiros** e outros oficiais das Forças Armadas, a quem Golbery «et caterva» resolveram negar esse direito.

Queremos ver se tem coragem de negar mais esse crime!

Aqui queremos **ressaltar a esses** esbirros de «Dow Golbery Chemical And Co.», que nada nos

intimidarão na defesa dos princípios da Revolução, e que de nada adiantarão seus criminosos expedientes, pois nossas mensagens portadoras de fé, de repúdio e reação dos verdadeiros revolucionários contra a traição dirigida pela Casa Civil do Planalto, continuarão a chegar, de qualquer forma, às mãos de nossos **Companheiros!**

Estamos assistindo neste país uma sórdida e impatriótica campanha dita de «distensão», que nada mais é que uma componente da chamada «coexistência pacífica», ou «**détente**», orquestrada pelo Movimento Comunista Internacional e inspirada pelo famigerado XX Congresso do PC da URSS.

Companheiros, é preciso meditar sobre o perigo que realmente atravessamos. Esta «distensão» foi arquitetada e vem sendo regulada pelo seu real beneficiário, o clandestino Partido Comunista Brasileiro. Para comprovar esta afirmação, basta observar a atual conjuntura do país onde podem ser vistos atuando impunemente, inúmeros parlamentares eleitos pelo PCB; inúmeros militantes comunistas e simpatizantes, ocupando cargos de confiança, tanto na administração municipal, quanto na estadual e até na federal. Os veículos de comunicação social (imprensa escrita, falada e televisada), totalmente dominados por comunistas, desencadeiam livremente, intensa propaganda vermelha sobre nossa indefesa população, numa Guerra Psicológica que visa sua doutrinação marxista-leninista. Infelizmente não se pode apontar medida alguma do Governo visando deter esta escalada bolchevista. Por que tanta traição se o Movimento de Março de 1964 foi desencadeado exatamente para impedir a comunicação do Brasil? E aqui cabe perguntar o que merecem os responsáveis por essa trama sinistra?

O presidente licenciado da Dow Chemical, o já célebre Gregório Branco, não satisfeito com suas falcatruas políticas (e outras), determinou a **Justiça Militar, através de seus fantoches, Fragozo (o caricaturista); Rodrigo Otávio (o paranóico ex-vice-rei da Amazônia) e Alcides Carneiro (conhecido fãmluo do PCB) a máxima frouxidão nos julgamentos de terroristas, o que vem ocorrendo sistematicamente, como foi o caso da absolvição do famigerado «menininho» — César de Queiroz Benjamim, autor de inúmeros assaltos, inclusive com mortes!**

Antes de encerrarmos, vamos denunciar mais uma pequena traição do conhecido chanceler-zinho de veludo, o Silverinha, que além de se

agachar para os agentes de Pequim e Moscou, em vergonhosa frenesi, entregava-se à camarilha de Cunhal e Vasco Gonçalves. Para isso coage os **patriotas anti-comunistas de colônia portuguesa, proibindo qualquer manifestação contrária à comunização de Portugal, enquanto favorece e apaluda a ação nefasta dos comunistas portugueses, que vêm ostensivamente ao Brasil pregar o marxismo-leninismo, até mesmo pela TV!**

Mas fiquem certos todos esse traidores que em breve daremos um basta a tanta vanilina e traição. Muitas cabeças rolarão!

Companheiro! Filie-se a um dos grupos de resistência!

CAPÍTULO VI

Voltamos hoje à presença dos companheiros para enfocar casos da maior gravidade, que vêm se desenvolvendo paralelamente com a aviltante dostensão (traição vermelha), que desmoraliza e enxovalha o atual Governo.

• Todos sabem que a Dow Chemical desenvolve projetos no setor petroquímico brasileiro e pretende ampliar suas instalações, particularmente na Bahia, no montante de 500 milhões de dólares, assegurando assim, com fatores oficiais, o seu predomínio em alguns produtos básicos da nossa indústria petroquímica. Eis que o Gregório Branco Golbery — mestre em intrigas palacianas — forjou para os seus patrões da Wall Street: a existência de uma conspiração de direita que estaria sendo montada pelo ministro Armando Falcão com o apoio do ministro do Exército, o bravo e honrado gen. Frota. Em face disto, o laço Golbery aconselhou aos seus patrões suspenderem o investimento, aguardando o fracasso do projetado golpe que, com certeza, acontecerá «pois ele conta com o apoio dos comunistas para conseguir frustrá-lo». Companheiros, fica evidenciada, mais uma vez, a baixeza de caráter desse aventureiro que, com maior cinismo, calunha seus pares de ministério visando atingir fins escusos! Além do mais, comprova-se assim que Golbery exercendo a gerência dos interesses da Dow Chemical na América do Sul, como presidente licenciado, faz jus aos 15 mil dólares que ininterruptamente recebe a título de pró-labore, cumulativamente com os proventos de ministro chefe da Casa Civil e de ministro do Tribunal de Contas! Do dinheiro do americano, parte-lhe é entregue no País através de um seu testa-de-ferro que, aqui em São Paulo, Sr. Rachid e o restante depositado na Suíça!

• E imperioso denunciar também a quadrilha que se apossou do Ministério da Agricultura, chefiada pelo estonteado Paulinelli, moleque de recado do «groupier» Juscelino e incapaz de distinguir um pé de alface de um jequitibá, mas perito em rapinagem e toda sorte de corrupção, juntamente com seus cupinchas, o incapaz e desonesto Lourenço Vieira da Silva (INCRA), José Irineu Cabral (EMBRAPA) e com outros que serão apontados oportunamente.

• Estamos também, dia a dia, nos atualizando com referência à atuação nefasta do sr. Ney Amintas de Barros Braga (bonitinho mas ordinário).

• O projeto de renovação do Dec. Lei nº 477, mesmo saindo de uma de suas gavetas, não receberá aprovação dos que desejam a ordem nas universidades.

• Os compromissos de Ney com os comunistas da área cultural não serão cumpridos, pois estamos alertas para denunciá-los ao público e aos verdadeiros patriotas.

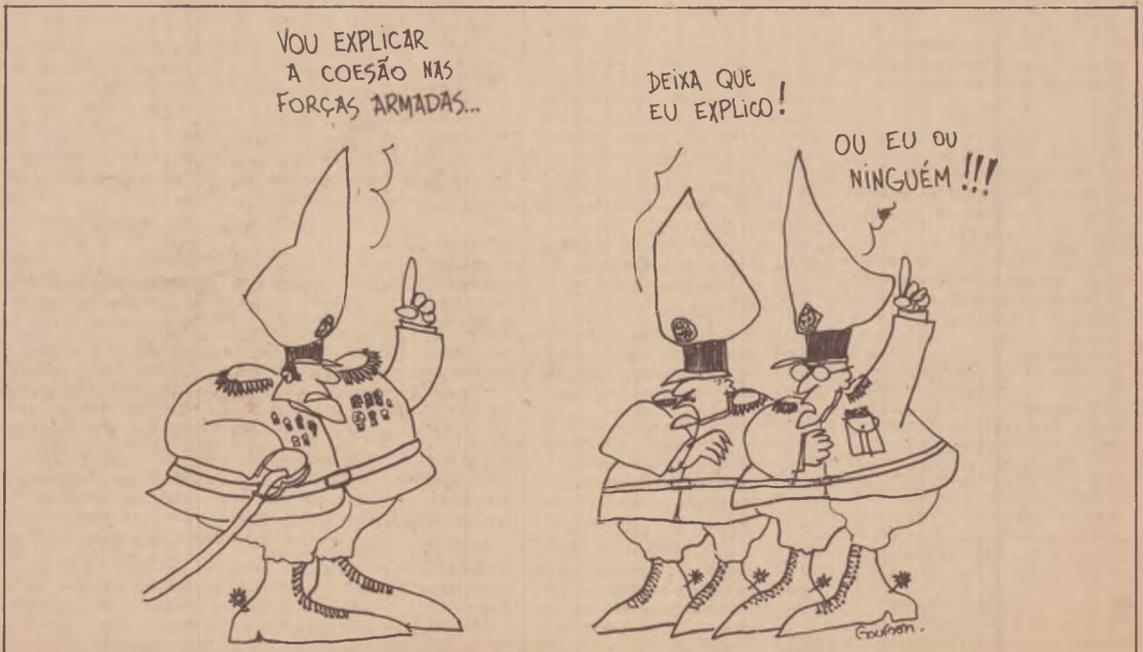
• As nomeações de elementos comprometidos com a subversão e a corrupção, para os altos cargos das área cultural e educacional estão sendo anotadas para futuras denúncias.

• A atual agitação no meio estudantil, particularmente aqui em São Paulo, está apoiada pela mais influente «troika» — Golbery-Ney-Egídio.

• É estarrecadora a incapacidade administrativa do atual ministro dos Transportes. Inteiramente senil e maniaco por ferrovias. Acaba de suspender toda a execução do Plano Rodoviário Nacional! É incrível a que ponto chegamos e que não se veja medida corretiva! Ora, escolheram um macróbio que pode entender muito de peleguismo, mas de transporte... só o de bonde de burro! E assim, vai-se levando o Brasil para o caos!... Companheiros! Só há uma forma de darmos um basta a tudo isso!

LUTANDO!

Filie-se a um Grupo de Resistência!



Venezuela

No último dia 12, um novo presidente assumiu o mandato na Venezuela prometendo um governo de austeridade. No discurso de posse, que o ex-presidente Carlos Andrés Pérez, quebrando o protocolo, não ficou para ouvir Luis Herrera Campins denunciou «a corrupção administrativa e o corrosivo hedonismo capitalista» da gestão anterior, prometendo «tirar o país da atual crise moral». O que pode mudar de fato no país, é o que esse artigo procura responder.

Novo Governo, velhos problemas.

Por Vilma Amaro

— Que coisa é uma companhia de petróleo? — pergunta um dos personagens de «Poço nº 1», romance de Miguel Otero Silva, um dos mais brilhantes intelectuais venezuelanos. E o autor responde: — É um sujeito calvo, de camisa com palmeiras estampadas que passa os invernos em Miami em um hotel com praia particular; uma senhora gorda e emplumada que tem um belo apartamento em Nova Iorque na Quinta Avenida; um velhinho que percorreu o mundo inteiro em cadeira de rodas, empurrado por todos os seus herdeiros. Esses são a companhia, e todos os meses compram um cavalo de corrida ou um quadro de um pintor francês, e o resto depositam no Chase National Bank»

Desde 1914, quando foi descoberto o poço Zumaque em um povoado de casinhas de palha, pela então Caribbean Petroleum Company (depois Shell) até 1976, o ano da reversão das concessões petrolíferas ao Estado, as companhias de petróleo da Venezuela tiveram sempre elevadas taxas de lucro nunca inferiores a 30 por cento, embora declarassem oficialmente a margem de apenas 15 por cento. E do início da década de 60 até a data de reversão, a Venezuela assistia a uma evasão anual de 60 por cento de suas divisas.

A transformação da Venezuela de país agrícola para um país abastecedor de petróleo dos países industrializados criou uma violenta estrutura de dependência, que a simples reversão das concessões, não pode alterar. A Venezuela está intimamente ligada ao comércio internacional do petróleo, uma vez que o mercado interno consome apenas 4% do total produzido. Em consequência, depende das flutuações do mercado externo, regulado não pela OPEP, mas também pelo conhecido cartel das sete irmãs (Standard de New Jersey e da Califórnia, Royal Dutch, Gulf Oil, Texas Oil, Socony Mobil e British Petroleum).

A Ação Democrática que governou o país nos últimos cinco anos pretende criar uma infraestrutura industrial com as rendas de 13 bilhões de dólares anuais. Mas suas possíveis boas intenções sempre estiveram limitadas pelo restrito mercado interno, onde 70 por cento da população é marginalizada.

Qual foi a contribuição de petróleo à Venezuela nesses 65 anos de exploração comercial? Em primeiro lugar, é preciso lembrar que uma boa parte das divisas que permanecem no país são utilizadas para comprar automóveis, toca-discos, geladeiras, roupas e alimentos. Com razão se diz que a Venezuela importa desde o mais luxuoso automóvel até folhas de alface e ovos. A população não encontra emprego em atividades produtivas e a atividade agropecuária encontra-se bastante atrasada, depois do fracasso de algumas tentativas de Reforma Agrária.

Além disso, o fato de que 96 por cento das exportações do país sejam constituídas por hidrocarbonetos e mineral de ferro gera uma terrível debilidade e instabilidade na relação de intercâmbio. A Venezuela é totalmente dependente dos Estados Unidos, país que compra 40 por cento de sua produção de petróleo e de onde a Venezuela importa 60 por cento de seus produtos. A indústria venezuelana também é extremamente débil, constituída em sua maior parte por montadores («ensabladoras») e só recentemente começaram a ser impulsionadas um polo petroquímico e siderúrgico.

As rendas do petróleo criaram uma realidade discriminatória chocante que se nota por todo o país em um simples passeio de automóvel por suas reluzentes carreteras.

Em uma viagem de La Guaira, onde fica o aeroporto, a Caracas, o visitante recebe uma grande lição de desigualdade. Dos carros que desfilam junto à rodovia pendem milhares de ranchitos feitos de latas velhas ou papelão. Ali vivem um milhão de habitantes, quase a metade da população de Caracas, na mais terrível miséria. Enquanto a cidade baixa, onde moram os privilegiados, é um esplendor de capital, onde até as quitandas são luxuosas.

É este país de doze milhões de habitantes, torres de petróleo e ranchos de lata que Luis Herrera Campins (54 anos), presidente eleito pelo COPEI — Partido Social Cristão — começou a governar esta semana.

A Pepsi e a Coca Cola

Entre Herrera Campins e seu principal opositor, Luis Piñera Ordaz (da Ação Democrática) um antipático ex-ministro do Interior, o povo ficou com Luis Herrera, mais pelo seu magnetismo pessoal que pela diferença programática (o COPEI venceu com pequena margem, em torno dos três por cento). Os dois partidos, na verdade não são muito distintos. De certo modo, reproduzem o esquema vigente nos Estados Unidos, dos Partidos Republicano e Democrático ou a Colombia, com os partidos Liberal e Conservador alternado-se no poder. A oposição do COPEI ao governo de Carlos Andrés Pérez, da Ação Democrática, girou mais em torno de picuinhas do que sobre matéria de fundo. Os líderes do COPEI, entre eles Luis Herrera, promoviam escaramuças parlamentares contra a Ação Democrática, com a finalidade de justificar seu papel opositor. No final da contas, os estudantes e intelectuais passaram a atribuir ao COPEI e à AD, a mesma fama de que gozam na Colombia os dois partidos tradicionais. Ou seja, os dois são tão diferentes quanto à Pepsi e à Coca Cola.

Campins define a Ação Democrática como um partido economicista e chama sua própria organização de espiritualista, embora jamais tenha explicado como esse fenômeno pode se dar em termos de relações de produção (capitalismo espiritualista?).

Em síntese, a linha do COPEI, contida em documentos da Organização Democrata Cristã da América, da qual o atual presidente é um dos dirigentes, considera que «o capitalismo e o comunismo, apesar de suas notórias diferenças e oposições coincidem ao concentrar os fatores de dominação em pequenas minorias, ao colocar nas mãos desta os grandes meios de produção e distribuição, de comunicação de massas e os centros de decisão. Os povos, à margem de periódicas convocações eleitorais, ficam excluídos de toda participação efetiva, de informação veraz e de expressão autêntica... Assim a democracia cristã se define pela socialização daqueles fatores de poder, dentro de um regime de liberdade e autêntica democracia para construir uma sociedade na qual, junto a aperfeiçoadas formas de representação política, se estabeleçam mecanismos de participação direta, permanente e eficaz das bases populares organizadas. Esta nova democracia será capaz de realizar a socialização comunitária, sem a absorção estatística.» (documento aprovado no Oitavo Congresso da OCAO realizado em Curaçao).



São em grande parte palavras ocas, que não escondem o objetivo fundamental da democracia cristã, que é o de perpetuar a atual ordem econômica, sob um disfarce humanístico, para ganhar uma vasta massa de manobra entre a classe média (já vimos isso no Chile).

Um Oásis na América

Quem, no auge do período repressivo no Brasil, passou pela Venezuela, pensou, certamente, ter caído em outro planeta. Nas páginas de coluna social de El Universal, de Caracas (espécie de Estadão local), entre brindes a perfumados espécimes da burguesia e efusivas confraternizações, podia-se ver o dirigente do Partido Comunista Venezuelano, Gilberto Machado ou um ex-líder guerrilheiro do MIR. Não há dúvida que se respirava um certo ar de liberdade, enquanto na página seguinte do mesmo jornal podia-se ler notícias sobre a greve de fome dos presos políticos venezuelanos.

Em geral, a atuação das esquerdas frente ao governo social-democrata de Carlos Andrés Pérez foi mais de apoio crítico, que de oposição elogiando as medidas de caráter popular e criticando, o processo inflacionário e o modelo de desenvolvimento. Essa foi a linha adotada, com maior ou menor radicalismo pelo PCV, o MIR (mais radical), o MEP (Movimento Eleitoral do Povo, de centro-esquerda) e o MAS.

Mas já em relação ao COPEI, a atuação desses grupos deve ser um pouco diferente, uma vez que o Partido faz questão de se declarar ferrenhamente antimarxista. Quanto às guerrilhas, representadas principalmente pelo Bandera Roja e Punto Cero, não chegaram a atrapalhar o governo de Andrés Pérez, com suas ações, mas prometeram incrementar suas atividades no período de Luis Herrera Campins.

Apesar de seus propósitos de «governar para os pobres», Campins não deve esperar muito apoio dos trabalhadores, controlados pela social-democracia e, em pequena parte pelos comunistas (estes chegaram a se constituir numa grande força sindical no início de sua formação, em 1935 e depois da queda do ditador Perez Gimenez, em 1958. Mas, derrotados durante o governo de Romulo Bittencourt, nunca mais recuperaram sua força e a Ação Democrática controla a maior parte dos sindicatos e federações do país).

Nesse espaço político, o MAS — Movimento ao Socialismo — a

mais sólida organização de esquerda da Venezuela, vem tentando fazer adeptos, principalmente junto aos trabalhadores. Mas, seu crescimento tem sido lento. O MAS chegou a ser temido no início do governo de Carlos Andrés Pérez, com uma possível ameaça nas eleições de 1978. No entanto, sua votação foi mínima. A organização integrada por ex-guerrilheiros beneficiados por uma anistia no governo social-cristão de Rafael Caldera e intelectuais de classe média tem muito prestígio junto à opinião pública, pela capacidade e honestidade de seus líderes: Teodoro Petkoff, Pompeyo Marquez, Fernando Travieso, José Vicente Rangel (ex-candidato presidencial). Mas a estratégia escolhida (luta parlamentar) a coloca na linha de um socialismo evolutivo, já tentado pela Unidade Popular, No Chile e cuja resultado foi um banho de sangue pelas forças do imperialismo.

Quanto às forças de direita são representadas principalmente pelo organismo dos empresários, a FEDECAMERAS, que não perdeu a oportunidade de lembrar aos sociais democratas que a única democracia possível é a da livre iniciativa. A entidade tem no geral posições bastante conservadoras, mesmo em relação ao capitalismo moderno preconizado pelos social-democratas.

Em relação ao COPEI, FEDECAMERAS deve permanecer de sobreaviso. Apesar deste Partido ter um certo verniz mais conservador que a Ação Democrática, Luis Herrera é considerado um dos quadros mais avançados do social-cristianismo. De qualquer forma não se deve esperar nenhuma medida mais audaz e os próprios Estados Unidos disseram não prever nenhuma mudança de atitude.

O povo venezuelano, no entanto, está ávido por transformações que arranquem o país do seu imobilismo social, com quase nove milhões de marginalizados. Carlos Andrés Pérez ao assumir o governo há cinco anos disse que a democracia liberal está jogando sua última cartada na Venezuela. O povo deu mais um voto de confiança ao COPEI. Quanto tempo mais o José Ramón, ou qualquer um dos pobres habitantes de Cerro Marin, El Manguito, Los Aguacaticos ou La Seiba vão esperar para que seus filhos não sejam comidos pelos ratos ou convivam com galinhas, porcos e imundices e morram de desnutrição, enquanto uma parcela de privilegiado vai gastar seus petrodólares nos cassinos das Antilhas?

Irã



Novo Governo, novos problemas.

O poder político no Irã mudou de mãos. O primeiro-ministro Chapour Bakhtiar, designado pelo Xá para sucedê-lo foi obrigado a deixar o lugar aos «Khomeinistas». Essa mudança política indica que o movimento de massa no Irã conseguiu dar um passo importante no caminho da revolução social e da satisfação dos interesses da classe operária e camponesa. No entanto, para que essa revolução se complete, trata-se agora, de que os operários e camponeses não se limitem ao quadro que o equipe de Khomeini quer lhes impor.

Por Cécile Lorient

Inicialmente, o projeto da oposição liberal (da Frente Nacional e da hierarquia chiita em particular) se limitava às reivindicações anti-feudais, anti-imperialistas e democráticas que resultavam simplesmente na exigência da liberalização do regime iraniano e na derrubada da ditadura. Como o declarava um dos dirigentes da Frente Nacional, Sandjani (1) em novembro último: nosso sistema é legal, é o sistema monárquico constitucional (...) e o Xá, enquanto personalidade responsável deve reinar e não governar.

A entrada em cena da classe operária (com reivindicações claramente anti-capitalistas e suas próprias formas de luta...) iria colocar em questão esse projeto a ponto de que a Frente Nacional se viu obrigada a desautorizar um de seus principais dirigentes, Bakhtiar, que precipadamente vislumbrava a concretização d seu projeto ao aceitar as tarefas de primeiro ministro proposto pelo Xá.

É incontestável que no processo de derrubada da ditadura a classe operária e as massas populares ultrapassaram em muito o quadro da luta fixado inicialmente pela oposição liberal. Longe de combater apenas a ditadura e a «personalidade não respeitável do Xá» ela entrou em greve para se opor à política dos patrões e reivindicar o aumento dos salários, o respeito às leis trabalhistas, a garantia das licenças etc. Iniciadas no 5 de setembro, duas semanas após o massacre de Jaleh, no setor público e semi-público (administração e bancos), as greves atingiram o setor nacionalizado (petróleo e siderurgia) para se estender a todo o setor industrial em meados de outubro. A satisfação das reivindicações econômicas dos trabalhadores pelo governo e pelos patrões (de 20 a 50% de aumento de salários no setor público e nacionalizado) antes de frear o movimento o encorajou ainda mais.

Com efeito, desde as primeiras semanas de outubro, as reivindicações propriamente políticas vieram juntar-se às reivindicações econômicas: dissolução dos sindicatos amarelos controlados pela Savak (polícia política) e direito de constituir sindicatos independentes, libertação dos presos políticos e volta dos exilados, revogação da lei marcial, liberdade de expressão e de organização, etc.

Paralelamente a tais reivindicações, os trabalhadores se auto-organizaram. Órgãos de democracia direta foram criados um pouco em cada parte: na cidade de Amol surgiram estruturas de auto-administração que permitiram aos trabalhadores controlar a cidade; os grevistas de Abadan funcionaram em assembleias gerais, elegeram um comitê de greve cujos representantes constituíram um embrião de sindicato independente; no centro industrial de Alborz, um comitê

central de greve, agrupando diferentes fábricas foi eleito. Tais formas de luta impregnaram também o combate dos trabalhadores do setor siderúrgico, notadamente em Isfahan.

Em Amol e Sanadaj, embriões de milícias populares se constituíram. Os trabalhadores do petróleo, especialmente em Ahwaz fazem a experiência do controle operário da produção de petróleo, quando esta é retomada parcialmente para satisfazer as necessidades civis interiores.

No entanto, desde o princípio, havia uma clara contradição entre a disposição de luta das massas populares e a direção efetiva do movimento revolucionário iraniano. A hegemonia política estava incontestavelmente com a oposição liberal-religiosa (Ver EM TEMPO nº 53). E o novo poder político não apenas investirá contra esses germes de poder anti-capitalistas desenvolvidos espontaneamente pelos trabalhadores (os comitês de greve, as milícias populares, os sindicatos independentes...) como logo se mostrará incapaz de realizar até mesmo as medidas democráticas e anti-imperialistas que ele próprio desencadeara em sua luta contra a ditadura dos Pahlevi.

Diante das greves, Khomeini tentou em primeira instância assumir seu controle através do «Comitê de Coordenação das greves», sob a direção do atual primeiro ministro, Bazargan. E no momento em que os trabalhadores se recusaram a seguir as orientações desse comitê, isto é, por um fim às greves, os «Khomeinistas» se comportaram como todos os furadores de greve do mundo. Ficava claro que se a equipe de Khomeini fosse conceder ao povo iraniano todas as liberdades democráticas que ela própria ontem reclamava, ela colocaria em risco sua própria existência. Tais liberdades evidentemente iriam permitir uma vida política e sindical que no seu desenvolvimento só poderia novamente vir a questionar o regime burguês de produção.

Também do imperialismo, o novo poder político iraniano é incapaz de elevar a termo suas exigências. A integração da economia iraniana no mercado mundial é tal, a margem de manobra de sua burguesia nacional é tão íntima, que uma política anti-imperialista é praticamente impossível. Os laços com o imperialismo assumirão, no máximo, outras formas.

Assim, para o povo iraniano, que efetivamente derrubou a ditadura no Irã, a luta prossegue. Ele permitiu que a oposição liberal assumisse o poder em nome das tarefas democráticas e anti-imperialistas que tem para serem realizadas. No entanto, ficará cada vez mais claro, que não é a equipe de Khomeini que poderá realizá-las.

(1) O Ministro das Relações Exteriores de Bazargan

LANÇAMENTO

No Clube de Imprensa de Brasília, setor de clubes esportivos norte, dois grandes lançamentos. Dia 15, quinta-feira, lançamento do livro «E POR QUE NÃO EU?», de Alberto Dines. No dia seguinte, dia 16, será lançado o livro «CARTA SOBRE A ANISTIA», de Fernando Gabeira. Esses eventos fazem parte da Feira da Possibilidade Cultural.



São Paulo

Por uma Frente das Mulheres

Encerrado no último dia 8, o Congresso da Mulher Paulista, foi um verdadeiro festival de moções oposicionistas as mais diversas. Dentre as resoluções se destacam, a luta pela criação de creches, e a equiparação salarial dentre outras.

Por Rosa Pontes

A criação da Frente das Mulheres — um dos principais objetivos do I Congresso da Mulher Paulista — deve se concretizar na prática, quando as participantes do encontro se reunirem novamente, no próximo dia 19, às 19 horas, na sede do Sindicato dos Bancários, para encaminhar a luta unitária pela criação de creches nos diversos bairros. Ao que tudo indica, será em cima desta luta concreta e específica das mulheres que a Frente surgirá — e não de sua constituição formal.

Ao lado do documento final do Congresso — que conseguiu dar unidade a uma análise da situação atual da mulher dentro da sociedade brasileira, suas formas de luta e principais reivindicações — a continuidade do encontro se dará não apenas com o movimento unitário pela criação de creches, mas através de outras duas reivindicações tão prementes e específicas: a equiparação salarial (por trabalho igual, salário igual) e luta contra o Programa de Prevenção de Gravidez de Alto Risco.

Firmeza e Emoção

Mas não foi apenas destes saídos organizativos concretos que se fez a noite de encerramento do Congresso, no último dia 8, no Teatro Ruth Escobar. As 500 mulheres — e homens — que participaram dessa reunião vibraram com a firmeza política, a energia e a emoção que vinham do palco e ganhavam mais força com a adesão da plateia.

Desde o pedido de solidariedade à greve dos metalúrgicos desta semana, feito por Marluce —

despedida em São Bernardo por sua atuação sindical, apesar de seu estado de gravidez — até a ovação à Tereza, mulher do operário Manuel Fiel Filho, morto no Doi Codi, as propostas e homenagens repercutiram fortemente no plenário, que, assim, solidificava sua adesão ao movimento.

Apesar de ausente do Congresso, foi reservado um lugar simbólico na mesa que dirigiu os trabalhos na noite de encerramento à Flávia Schilling (?), presa política no Uruguai. E o jornal «Brasil Mulher» — juntamente com o Comitê Brasileiro de Anistia — fizeram uma homenagem às companheiras desaparecidas, buscando-se um «resgate político dessas mulheres»: a cada nome de uma lista de desaparecidas, o plenário gritava presente. Também foi prestada homenagem à Elza Monerat, presa política «que dedicou toda sua vida às lutas do povo brasileiro».

Os depoimentos foram muitos e todos da maior importância. Dinha, metalúrgica, destacou a luta pela liberdade de organização política dos trabalhadores, por um aumento geral de salários e pela criação de departamentos femininos em todos os sindicatos. Ana, dona de casa, que foi ovaqueada quando falou do valor do trabalho das camponesas.

Mas houve também a participação de Gilda, que reivindicou a anistia liberal — uma medida que permitiria a reincorporação ao trabalho, com todos os seus direitos, daqueles que foram afastados de suas funções por motivos políticos. De Sandra, Cajazeira, diretora do Sindicato dos Bancários, que afirmou a necessidade de maior participação sindical da mulher, não apenas nos departamentos femininos, mas em todas as funções. E de Clarice Herzog, que encerrou os pronunciamentos, estendendo a homenagem feita a ela e a Tereza Fiel Filho a todas as mulheres que perderam maridos, filhos e irmãos, na luta por melhores condições de vida e por liberdades democráticas.



Documento final

«Marginalizadas no trabalho, sem condições mínimas de ter e educar nossos filhos, fazendo o verdadeiro milagre de conseguir, com os baixos salários e as péssimas condições de nossos bairros, garantir que os trabalhadores, de hoje e de amanhã, possam trabalhar e produzir, nós, mulheres brasileiras, sofremos duplamente todas as consequências de miséria e opressão a que está submetida a maioria do povo.

O desemprego, problema geral da população, no nosso caso é ainda mais sério. Não conseguimos ter uma profissão. Somos educadas apenas para executar as tarefas domésticas e ser mãe. Só conseguimos emprego com salários mais baixos que os homens e só nas profissões e cargos mais desvalorizados. E mesmo quando conseguimos um trabalho fora de casa somos obrigadas a fazer, além dele, todas as tarefas domésticas — o eterno lavar, cozinhar e cuidar dos filhos. Não temos onde deixá-los quando saímos para o trabalho, pois não nos dão creches e escolas em quantidade suficiente e de qualidade que nos tranquilize, como se fôssemos as únicas responsáveis pelo cuidado de nossos filhos.

E tem mais: nosso trabalho é utilizado de acordo com os interesses de lucro dos patrões e do Estado. Por isso, somos as últimas a conseguir emprego e as primeiras a ser despedidas. E o nosso trabalho doméstico, necessário para toda a sociedade, não é valorizado, muitas vezes, nem pelo nosso companheiro.

Sem garantias

Mesmo para ser mãe — a tão falada função principal da mulher — não contamos com as mínimas garantias. Pois, quando estamos grávidas, corremos o risco de não chegarmos ao término da gestação, em função do nosso precário estado de saúde e falta de assistência médica. Por outro lado, se estamos empregadas, nos ameaçam com a demissão no emprego. E não adianta sair em busca de outro: os patrões não aceitam as mulheres grávidas.

Se resolvemos evitar filhos, não encontramos métodos anticoncepcionais garantidos. O uso indiscriminado das pílulas, sem nenhuma assistência médica, é abertamente promovido pelo governo. Quando ocorre uma gravidez indesejada, o único recurso é se submeter à indústria clandestina do aborto ou a curiosas que, utilizando sondas ou outros meios mais grosseiros, põem em perigo as nossas vidas.

Completando o quadro da nossa situação de discriminação e opressão, existem ainda os preconceitos tradicionalmente divulgados, de que nós não temos direito ao prazer sexual e que nossa função no sexo é, unicamente, ter filhos.

Além disso, a falta de condições de moradia — dormindo toda a família no mesmo quarto ou na mesma cama — e o trabalho absorvente a

que estão submetidos tanto a mulher quanto o homem, não permite o direito ao prazer sexual.

Luta coletiva

Apesar disso, rompemos nosso isolamento e saímos para a luta como estão fazendo também outros setores oprimidos da sociedade. Assim, desde o início nos organizamos em pequenos grupos de mulheres (Clubes de Mães, Associação de Donas de Casa, grupos femininos e, mais tarde, imprensa e grupos feministas) discutindo e denunciando os nossos problemas específicos e a situação dos bairros em que vivemos e nos propondo a ações concretas em torno dessas questões.

Por a partir da mobilização das donas de casa de periferia que surgiu e cresceu nacionalmente o movimento contra a carestia. Iniciamos também em 75 a campanha pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita a todos os brasileiros presos e perseguidos por motivos políticos. Em 78, quando as lutas dos operários e trabalhadores em geral ganharam as ruas, nós, mulheres, tivemos um papel de destaque no movimento grevista de operários, professores, bancários etc.

A participação em todos esses movimentos populares nos deu força e possibilitou a ampliação do movimento por nossas reivindicações específicas, cujo ponto de partida foi este nosso I Congresso.

E porque neste Congresso, pela primeira vez e juntas, conseguimos, em público, conversar mais íntima e profundamente sobre o nosso dia-a-dia, percebemos o quanto esse cotidiano é comum a todas nós. E sentimos o despertar da solidariedade e da força que pode ter a nossa união diante de nossos problemas.

De repente, pela primeira vez, sentimos-nos orgulhosas de nossa condição de mulher — já não mais mulheres isoladas e impotentes ante a situação que nos é imposta, mas mulheres decididas a mudar a sua sorte.

Lutas específicas

E, em todos os grupos de discussão do Congresso, percebemos, mais uma vez, que os nossos problemas não se resolverão enquanto não mudar esta sociedade em que vivemos. Por isso, interessa também a nós, mulheres, mudá-la, porque temos um interesse concreto e real nessa mudança, e não apenas por solidariedade com os demais explorados e oprimidos.

Por isso, achamos que devemos reforçar os movimentos que lutem por uma verdadeira mudança da sociedade, para melhor. Por isso, decidimos fortalecer os movimentos mais conscientes da sociedade não mais para aumentar apenas o número de pessoas que eles agregam, ou para desempenhar as tarefas de interesse geral, que «os outros» não têm tempo de fazer: propomo-

nos, daqui para frente, atuar ainda mais nos grupos femininos, nos bairros, nos sindicatos e associações, levando também para dentro deles nossas reivindicações específicas e fazendo com que os seus componentes assumam e lutem também pelas creches, equiparação salarial, iguais oportunidades de trabalho e de formação, socialização do trabalho doméstico.

Apoiaremos esses movimentos não mais como companheiros, mas como mulheres orgulhosas de ser-lo, como companheiras que também têm suas lutas específicas que a todos devem interessar.

Reivindicações

- Portanto, nossa luta é:
— por melhores salários para todos os trabalhadores;
— pelo direito de greve;
— por equiparação salarial de homens, mulheres e crianças;
— contra o trabalho noturno para ambos os sexos;
— que as empresas aceitem pessoas com mais de 35 anos;
— por melhores condições de vida, moradia e trabalho;
— pela profissionalização das mulheres;
— pela oportunidade de trabalho para as mulheres casadas;
— pela garantia de emprego para a gestante e que as mulheres não sejam obrigadas a provar que não estão grávidas quando vão ser admitidas no emprego;
— pelo fim da educação repressiva e diferenciada entre os sexos;
— contra o uso de contraceptivos sem assistência médica regular e frequente;
— pelo direito de ter os filhos que desejar;
— pela instalação de creches gratuitas próximas aos locais de moradia e trabalho;
— pelo direito de se organizar e expressar livremente;
— pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita.

As reivindicações que levantamos foram muitas e todas elas serão objeto de nossa luta. Mas, neste primeiro momento, vamos construir a nossa unidade em torno de uma luta por 3 pontos:

- 1º CRECHES — totalmente financiadas pelo Estado e empresas, próximas aos locais de moradia e trabalho, que não sejam meros depósitos de crianças e que contem com a participação dos pais na orientação pedagógica.
2º Pela Equiparação Salarial, por trabalho igual, salário igual. Por melhores salários para todos os trabalhadores.
3º Contra o Programa de Prevenção de Gravidez de Alto Risco — pelo direito e condições sociais que permitam realmente optar por ter ou não ter filhos em bom estado de saúde e demais garantias de vida.

Feijoada popular

Rosa Pontes

A música «Feijoada Completa», de Chico Buarque - com nova letra, do Grupo de Criação dos Publicitários de São Paulo - abriu e encerrou a última noite do Congresso.

Mulher, você vai gostar
Chegou a hora de você falar
Deixe as crianças em casa com o marido
E vem discutir seus problemas doidos.
Creches, salários, problemas de cama e fogão
E como enfrentar a situação.
Mulher, você vai notar
Que os grandes problemas que vai enfrentar
Crescem e cada vez mais a fome aumenta
Congelam o salário do pobre
Mas o preço da carne não
E todo o dia aumenta o lucro do patrão.
Mulher, você vai chorar
Mas é preciso lutar pra melhorar
Não adianta reclamar sozinha no portão
Precisa juntar forças e dar a mão
Senta, discuta, exija, reclame melhor situação
Vida decente para você e para nação.



Mulheres de todo o Brasil, uní-vos.

O Encontro Nacional de Mulheres, realizado no Rio no último fim de semana, além de aprovar as resoluções finais do Congresso Paulista que terminara poucos dias antes, introduziu duas divergências inéditas: a questão do Irã e do MDB.

Um dos grandes momentos do Encontro Nacional de Mulheres, organizado pelo Centro da Mulher Brasileira, no Rio de Janeiro, de 8 a 11 de março, foi a apresentação do documento final do Encontro Regional de São Paulo, realizado no início da semana passada.

A representante da Associação das Donas de Casa de SP, que apresentou o documento no Painel sobre Feminismo no terceiro dia do encontro, foi longamente aplaudida. O documento paulista foi retomado em sua totalidade na Resolução Final do Encontro Nacional. A ele foram acrescentadas as resoluções das diferentes comissões. O teor deste documento, onde a condição de vida da maioria das mulheres brasileiras e suas reivindicações específicas (luta pelas creches; reconhecimento da sexualidade feminina, etc.), são plenamente assumidas, é um reflexo do avanço do movimento feminista entre as mulheres de SP.

A unanimidade com que o documento foi aceito, como parte da resolução final do Encontro Nacional, mostra a possibilidade da evolução da consciência feminista e a vitalidade do movimento nos outros estados brasileiros.

Unidade em torno da luta pelas creches

A participação de mulheres de oito estados (SP, Rio, Pernambuco, Bahia, Alagoas, Minas, Espírito Santo, Rio Grande do Sul), e de uma gama extremamente variada de associações — CMFPA de São Carlos, Centro Feminino Pela Mulher Desamparada e Seus Filhos, Associação Brasileira de Enfermagem, Grupo de Mulheres de Porto Alegre, União Brasileira de Mães — mostram que a questão feminina começa a sensibilizar a sociedade brasileira. Para uma boa

parte das 400 mulheres inscritas, esta foi sua primeira aproximação com o movimento feminista.

No segundo dia, os trabalhos se realizaram em diversas comissões e os temas escolhidos revelam que as preocupações das mulheres abrangem um conjunto de problemas que afetam tanto a vida privada como a esfera pública. O grande interesse despertado pelas comissões a partir de discussões tais como onde deixar os filhos na hora do trabalho, como conciliar trabalho fora de casa com trabalho doméstico, como reagir à agressões sexuais das quais são vítimas, revelam o caráter social de questões tradicionalmente consideradas como questões pessoais.

A luta pelas creches nos locais de trabalho e moradia sustentadas pelo Estado está surgindo espontaneamente em diversos pontos do País. A solidariedade a estas lutas foi um dos pontos de unidade do encontro. Todos os grupos que no terceiro dia discutiram os caminhos do feminismo no Brasil destacaram a luta pelas creches como uma das reivindicações mais urgentes.

O vivo interesse de uma parcela das presentes em participar da comissão «Violência infligida às mulheres» (violência esta que inclui desde controle da natalidade imposto e esterilização forçada até estupro, passando por apalpadelas e

piadas na rua e espancamento por parte dos maridos), assume uma certa importância, pois pela primeira vez este tema é discutido em um encontro de mulheres. A discussão mobilizou de tal forma as integrantes desta comissão, que elas decidiram constituir-se em um grupo de reflexão que permanecerá a trabalhar em cima da questão. A mais longo prazo, o objetivo é tentar determinar de que forma as mulheres podem fazer face a estas violências.

As duas tendências dentro do movimento

Na assembleia final do encontro, a votação de duas moções causou muita agitação. O primeiro momento de tumulto foi a existência de duas moções que diziam respeito ao Irã. A primeira propunha «solidariedade com a luta das mulheres iranianas que se recusam a usar o «shador», símbolo da sua opressão milenar e que não querem repetir o erro das mulheres algerianas que, depois de participarem ao lado dos homens na luta pela libertação nacional, obtida a vitória, aceitaram voltar a viver fechadas dentro de casa e submeteram-se novamente aos seus papéis tradicionais». A segunda moção condicionava esta

solidariedade a que, por detrás da luta destas mulheres, não estejam forças contrárias à emancipação política do Irã. A primeira moção acabou sendo aprovada. O segundo momento de agitação foi acusado por uma divisão do plenário contra ou a favor de uma moção que preconizava o fortalecimento do Departamento Feminino no MDB. A posição a favor foi vencida por 48 a 47 votos.

O fato de que estas tenham sido os dois momentos de maior divisão do encontro é significativo e nada mais é do que a cristalização das duas tendências que permearam o encontro: de um lado as mulheres que já compreenderam que o movimento feminista é em si uma luta social e política, e, do outro, as que pensam que este caráter político só é conferido ao movimento por sua adesão às bandeiras de luta da esquerda tradicionalmente masculina. O que ainda parece não ter sido esclarecido é que o feminismo implica uma nova visão da sociedade, baseada em relações não autoritárias, permitindo a cada ser, independentemente de sexo, classe ou raça, exercer livremente suas opções. A luta das mulheres é política na medida em que assume as questões específicas da opressão feminina, que se origina não na natureza biológica, mas está vinculada às formas de sociedades determinadas. (L.R.)